

Projeto de Decreto Legislativo nº 985, de 2021

Iniciativa: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Ementa:

Susta os atos normativos do Decreto nº 9.506, de 20 de setembro de 2018, que exigem escolaridade para servidor ou empregado exercer o direito de opção a que se refere.

Assunto: Administração Pública - Agentes Públicos

Data de Leitura: 10/11/2021

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 09/05/2023 - Comissão de
Constituição, Justiça e Cidadania

Destino: -

Último estado: 09/05/2023 - AGUARDANDO
DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Despacho:

09/05/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

09/05/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

09/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A matéria vai à CCJ.

Publicado no DSF Páginas 232-241 - DSF nº 70

21/12/2022 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

10/11/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 10/11/2021.

Publicado no DSF Páginas 457-461 - DSF nº 185

Projeto de Decreto Legislativo nº 985, de 2021

DOCUMENTOS

PDL 985/2021

Data: 10/11/2021

Autor: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Susta os atos normativos do Decreto nº 9.506, de 20 de setembro de 2018, que exigem escolaridade para servidor ou empregado exercer o direito de opção a que se refere.

Avulso inicial da matéria

Data: 10/11/2021

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 10/11/2021.

Descrição/Ementa: -